

Antropologia

Da Vontade Cativa – OS 4, 17-216

Resumo Geral

Erasmus de Roterdã e Martinho Lutero discutem acerca da noção de livre arbítrio da vontade humana. A vontade racional é livre? Ou a natureza humana não possui autonomia e sua vontade depende única e exclusivamente da vontade de Deus? A crise religiosa que se instalara no séc. XVI nos remete à discussão da Reforma da Igreja Oficial de Roma, e à ruptura com a cultura elaborada pelos primeiros padres da Igreja no final da Antiguidade. O mundo religioso se refaz por meio de diálogos e conflitos entre a ortodoxia e os dissidentes. O Humanismo Cristão e a Reforma, Erasmo e Lutero estão de acordo sobre um ponto: “O céu não está à venda”. Mas o que parece, à primeira vista, aproximá-los, distancia-os cada vez mais, quando a questão se volta para o descaso da Reforma quanto à tradição da Igreja. Erasmo retoma a Filosofia Patrística e aceita, compreendendo ou não, o que a Igreja elaborou por tantos séculos de cultura religiosa, ao contrário de Lutero. Sendo assim, a discussão sobre o livre arbítrio da vontade conduz, e é ao mesmo tempo conduzida, à cisão do dogma cristão, à separação entre Filosofia e Teologia e o início da modernidade.

A obra divide-se em 4 partes onde Lutero expõe sua doutrina a respeito da vontade cativa do homem a respeito da salvação. O homem tem livre arbítrio para todas as coisas do plano inferior, como o que vestir, o que comer, Entretanto, para as coisas que pertencem à salvação eterna, a decisão cabe somente a Deus. Neste ponto o homem não tem livre escolha, pois esta é um atributo divino, e não humano.

Ao nascer o homem já é servo do pecado e do diabo, é pela graça de Deus que o homem é tornado livre do diabo e passa a ser servo de Deus.

Resumo – págs. 17 – 74

Lutero escreve *Da Vontade Cativa (De Servo Arbítrio)* em resposta a publicação de Erasmo de Roterdã, que em sua *Diatribes*¹ sobre o livre arbítrio posiciona-se contra uns dos temas centrais da teologia de Lutero, sua antropologia. Esse debate com Erasmo não teve muita repercussão em meio as massas, mas levou Lutero ao centro da discussão intelectual na época. Anteriormente, Lutero já havia refutado a idéias do livre arbítrio no Debate de Heidelberg em 1518².

Ao se defrontar com a definição de livre arbítrio de Erasmo, que defendia o livre arbítrio como sendo uma potência, através da qual o ser humano pode se inclinar ou afastar ao/do que leva à salvação, Lutero reage afirmando que o livre arbítrio não passa de uma mentira e que essa questão para ele é mais clara que o sol (pág. 21).

Lutero começa examinando a obra de Erasmo refutando suas idéias acerca da compreensão das Escrituras, que para Erasmo são incompreensíveis, Lutero afirma a partir de

¹ Discussão filosófica no latim. Crítica acerba; escrito ou discurso violento e injurioso. Dicionário Aurélio.

² As teses 13-15 deixam claro a posição de Lutero quanto ao livre arbítrio. 13 – Após a queda, o livre arbítrio é um mero título; enquanto faz o que esta em si, peca mortalmente, 14 – Após a queda, o livre arbítrio tem uma potência apenas subjetiva para o bem; para o mal porém, sua potência é sempre ativa, 15 – O livre arbítrio tampouco pode permanecer no estado de inocência pela potência ativa, mas sim pela subjetiva, menos ainda pode progredir em direção ao bem. OS 1, pág. 38

uma má interpretação de Rm. 11:33³, onde Erasmo coloca as Escrituras no lugar de Deus. Lutero não concorda e diz que, Deus e a Escritura são duas coisas diferentes, não menos do que são duas coisas o Criador e a criatura (pág. 23). Lutero confessa que existem passagens obscuras na Escritura, contudo ela que confessa a trindade de Deus, a humanidade de Cristo e o pecado irremissível.

O centro da discussão entre Lutero e Erasmo é a vontade humana e a salvação de Deus, do que o livre arbítrio é capaz, o que sofre, de que modo se relaciona com a graça de Deus. Não se pode ignorar essa questão, pois é necessário saber diferenciar o poder de Deus e a nossa força, a obra de Deus e a nossa. Nisso está o conhecimento de Deus e o nosso. Erasmo em sua definição de cristianismo, segundo Lutero, afirma que devemos atribuir a Deus todo o nosso bem, logo, afirma ao mesmo tempo, consciente ou não, de que a misericórdia de Deus faz tudo sozinha e que nossa vontade nada faz, mas antes sofre, nisso se encontra a maior contradição de Erasmo⁴.

Lutero discute com Erasmo acerca da vontade de Deus, Erasmo coloca a vontade de Deus a mercê do arbítrio do homem, contudo, Lutero é enfático em afirmar que a vontade de Deus é soberana e age independente do ser humana. Deus age em prol do homem abatido e humilhado, ou seja, nas palavras de Lutero:

“o homem não pode humilhar-se completamente enquanto não souber que sua salvação em nada depende de suas forças, desígnio, esforços, vontade e obras, a saber, tão somente de Deus, pois enquanto estiver persuadido de poder fazer ao menos um pouquinho em prol de sua salvação, ele permanece na confiança de si mesmo e não desespera de Deus...” (pág. 46).

Lutero tem clareza quando descreve a condição do ser humano e sua vontade, que serve ao desse século, Satanás, ou serve a Deus; a vontade humana esta colocada no meio como jumento, “Se Deus esta sentado nele, ele quer e vai como Deus quer (...); se Satanás está sentado nele, ele quer e vai como quer Satanás” (pág. 49). É interessante notar que o jumento não está em condições escolher. Para Lutero, afirmar que o homem tem livre arbítrio é a mesma coisa que divinizar-lo, é dar ao homem poder de interferir nas coisas superiores, espaço que está restrito somente a Deus, ou seja, Lutero até admite, com reservas, que o ser humano tem livre arbítrio em questões tais como, suas faculdades e posses, o que comer, o que vestir, coisas do âmbito inferior. Para Lutero o ser humano está distribuído em dois reinos, um no qual ele é senhor e é conduzido pelo seu próprio arbítrio e conselho inferior, no outro reino, ele não é deixado na mão de seu próprio conselho, antes é conduzido e amparado pelo conselho de Deus e também segue os mandamentos divinos.

A Diatribe sonha que o homem é íntegro, que pode cumprir as exigências das Escrituras que, ao contrário, define o ser humano como corrupto e cativo. Aqui entra uma questão muito importante: Lei e Evangelho, Lutero deixa bem explícito a incapacidade de Erasmo de discernir essas duas grandezas presentes na Escritura, pois Erasmo no intuito de provar bíblicamente o livre arbítrio, utiliza-se de muitas passagens da Escritura com imperativos, alegando que se os seres humanos não fossem capazes de cumprir tal ordem, Deus não os colocaria nas Sagradas Letras, contudo, Lutero rebate afirmando que essas passagens na verdade não querem dizer do que os seres humanos são capazes, e sim, do que são devedores. Lutero tem convicção ao afirmar que:

³ “Ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria como do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são seus juízos, e quão inescrutáveis, os seus caminhos”.

⁴ Segundo Lutero, o próprio Erasmo muitas vezes se contradiz e luta consigo mesmo em sua Diatribe, como se ela fosse degolada pela sua própria espada.

“as palavras da lei são ditas não para afirmar o poder da vontade mas, para iluminar a razão cega, para que ela veja quão nula é sua luz e quão nula é a força da vontade. O conhecimento do pecado vem pela lei – Rm. 3:20⁵; não diz que por ela vem a abolição ou evitação do pecado. Todo o sentido e força da lei consiste unicamente em proporcionar conhecimento apenas do pecado mas, não em conferir alguma força” (pág. 91).

Luiz Carlos da Silva Filho

Ministro do Evangelho*

Ministério Bíblico Palavra Viva

luizcarlos@mbpalavraviva.org



(0xx51) 9319-1695

* Ministro do Evangelho no Ministério Bíblico Palavra Viva, São Leopoldo/RS. Pós-Graduando Especialização Aconselhamento Pastoral pela Faculdade Teológica Batista do Paraná. Bacharel em Teologia pela Universidade Luterana do Brasil. Membro Associado Conselheiro Bíblico pela ABCB - Associação Brasileira de Conselheiros Bíblicos. Membro Certificado Conselheiro Cristão Pastoral pela IACCP - International Association of Christian Counseling Professionals.

⁵ “...visto que ninguém será justificado diante dele por obras da lei, em razão de que pela lei vem o pleno conhecimento do pecado.”